

SUMÁRIO

Agradecimentos	7
Abreviações empregadas	15
Prefácio	17
Considerações iniciais	21

CAPITULO I

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DIREITO DO MAR

1. Considerações gerais	25
2. Dos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar	39
2.1 Do patrimônio comum da humanidade.....	39
2.2 Da solução pacífica das controvérsias	49
3. Das instituições provenientes da convemar	63
3.1 Considerações iniciais.....	63
3.2 Da autoridade internacional dos fundos marinhos.....	65
3.2.1 Assembleia.....	73
3.2.2 Conselho	74
3.2.3 Secretariado.....	76
3.3 Da comissão de limite da plataforma continental	77
3.4 Reunião dos estados partes	80
4. Da classificação aos meios destinados à solução de controvérsias	83

5. Procedimentos não vinculativos dispostos na Convemar	86
5.1 Troca de opiniões.....	86
5.2 Conciliação	89
6. Procedimentos não vinculativos e que não estão previstos expressamente na convenção.....	96
6.1 Negociação	96
6.2 Bons ofícios.....	98
6.3 Mediação	99
6.4 Inquérito	100
7. Procedimentos compulsórios conducentes à decisões obrigatórias previstos na Convemar	101

CAPITULO II

HARMONIZAÇÃO E COEXISTÊNCIA DOS INSTRUMENTOS DESTINADOS À SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS PREVISTOS NA CONVEMAR

1. Considerações gerais	121
2. Aspectos gerais: Tribunal Internacional de Direito do Mar.....	127
3. Aspectos gerais câmara de controvérsias dos fundos marinhos.....	136
4. Da Corte Internacional de Justiça	137
5. Da arbitragem.....	156
6. O Caso da Organização Regional de Litígios da Organização Mundial de Comércio	170

CAPITULO III

TRIBUNAL INTERNACIONAL DE DIREITO DO MAR: DA ORGANIZAÇÃO, JURISDIÇÃO E DIREITO APLICÁVEL

1. Do Tribunal Internacional de Direito do Mar	181
2. Da sua organização	182
2.1 Dos juízes.....	182

2.2	Das atribuições do presidente e do vice-presidente....	191
2.3	Dos privilégios e imunidades	193
2.4	Dos privilégios e imunidades de seus membros.....	196
3.	Da estrutura do tribunal e seu funcionamento.....	201
3.1	Câmara de procedimentos Sumários	203
3.2	Câmaras para disputas específicas	205
3.2.1	Câmara para Disputas de Pesca	206
3.2.2	Câmara para Disputas do Ambiente Marinho.....	207
3.3.3	Câmara para disputas particulares a pedido das partes	208
4.	Dos comitês do tribunal	209
5.	Da jurisdição do Tribunal Internacional de Direito do Mar.....	211
5.1	Medidas Provisórias.....	219
5.1	Pronta Liberação de Navios e Tripulações.....	222
6.	Aspectos processuais do tribunal.....	229
7.	Do direito aplicável aos procedimentos submetidos ao Tribunal Internacional de Direito do Mar.....	239
8.	Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos	243
8.2	Da Composição da Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos	245
8.3	Da jurisdição e competência.....	251
8.4	Do direito aplicável e decisões na CCFM	260

CAPÍTULO IV

DA UTILIZAÇÃO DO TRIBUNAL INTERNACIONAL DE DIREITO DO MAR – UMA ABORDAGEM PRÁTICA

1.	Dos casos submetidos ao Tribunal Internacional de Di- reito do Mar	263
•	1º Caso: The M/V “SAIGA” Case (Saint Vincent and the Grenadines v. Guinéa), Prompt Release:.....	269
•	2º Caso: The M/V “SAIGA” (No. 2) Case (Saint Vincent and the Grenadines v. Guinéa), Provisional Measures:	278

- 3º/4º Caso: Southern Bluefin Tuna Cases (New Zealand v. Japan; Australia v. Japan), Provisional Measures282
- 5º Caso: The “Camouco” Case (Panama v. France), Prompt Release.....288
- 6º Caso: The “Monte Confurco” Case (Seychelles v. France), Prompt Release.....293
- 7º Caso: Case concerning the Conservation and Sustainable Exploitation of Swordfish Stocks in the South-Eastern Pacific Ocean (Chile/European Community).....296
- 8º Caso: The “Grand Prince” Case (Belize v. France), Prompt Release.....301
- 9º caso: The “Chaisiri Reefer 2” Case (Panama v. Yemen), Prompt Release.304
- 10º Caso: The MOX Plant Case (Ireland v. United Kingdom), Provisional Measures.....307
- 11º Caso: The “Volga” Case (Russian Federation v. Australia), Prompt Release.311
- 12º Case concerning Land Reclamation by Singapore in and around the Straits of Johor (Malaysia v. Singapore), Provisional Measures.315
- 13º Caso: The “Juno Trader” Case (Saint Vincent and the Grenadines v. Guinea-Bissau), Prompt Release.317
- 14º Caso: The “Hoshinmaru” Case (Japan v. Russian Federation), Prompt Release.....321
- 15º Caso: The “Tomimaru” Case (Japan v. Russian Federation), Prompt Release325
- 16º Caso: Dispute concerning delimitation of the maritime boundary between Bangladesh and Myanmar in the Bay of Bengal.....329
- 17º Caso: Request for Advisory Opinion submitted to the Seabed Disputes Chamber330
- 18º Caso: The M/V “Louisa” Case (Saint Vincent and the Grenadines v. Kingdom of Spain)332

2. Das vantagens e desvantagens ao escolher o Tribunal Internacional de Direito do Mar.....	333
Considerações finais	351
Bibliografia	357
Informes.....	383
Anexo I – Acordo relativo à aplicação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 10 de dezembro de 1982.....	385
Anexo II – Acordos Multilaterais que conferem jurisdição ao Tribunal Internacional de Direito do Mar.....	391
Anexo III – Estatuto do Tribunal Internacional de Direito do Mar	393